

UM INVENTÁRIO SOBRE O LIVRO DIDÁTICO REGIONAL: O QUE DIZEM AS PESQUISAS ACADÊMICAS¹

Danielle da Silva Ferreira

Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal Rural de Pernambuco

Mestre em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco

Professora da Rede Municipal de Educação de Garanhuns – PE

daniellesilvaferreira@hotmail.com

RESUMO: Esse texto tem por objetivo caracterizar o escopo epistemológico que cerca a concepção de livro didático regional de História, bem como analisar as formas como os objetos culturais “livro didático” e “livro didático regional” aparecem nas pesquisas acadêmicas de 2008 à 2013. Partimos do pressuposto de que esse tipo de pesquisa faz-se ausente do cenário acadêmico, tendo em vista estudos anteriores, como de Caimi (2013), que já anunciavam a carência de investigações sobre publicações didáticas regionais no cenário analítico acadêmico brasileiro. Constatamos, a partir de pesquisa em base de dados online, que as obras didáticas regionais, enquanto espaço de criação simbólica, de produção histórica humana e de registro de narrativa didática/histórica, apresentam-se como um campo frutífero de inquirições, especialmente por confirmarmos sua falta no cenário atual. Registramos a importância desse estudo para que demais pesquisadores atentem para este silêncio historiográfico e que, nessa premissa, o livro didático e o livro didático regional possam se consolidar cada vez mais como objeto de investigação pedagógica e histórica.

PALAVRAS-CHAVE: Anos iniciais. Ensino de História. Livro didático Regional.

RESEARCH ON REGIONAL HISTORY TEXTBOOK: WHAT THEY SAY ACADEMIC RESEARCH

ABSTRACT: This text intent to characterizes the epistemological scope surrounding the concept of regional textbook of history and analyze the ways in which cultural objects "textbook" and "regional textbook" appear in the 2008-2013 academic research. We assume that this kind of research is done absent from the academic setting, given previous studies, as Caimi (2013), which already announced the lack of research on regional educational publications in the Brazilian academic analytical scenario. We note from research online database that regional textbooks, as an area of symbolic creation, human historical production and teaching / historical narrative record, are presented as a fruitful field of inquiries, especially confirm miss in the current scenario. We recorded the importance of this study for other researchers to watch this historiographical silence on this premise, the textbook and the regional textbook can consolidate more and more as an object of pedagogical and historical research.

¹ Este artigo é parte da dissertação intitulada “**Patrimônio Cultural Pernambucano nos Livros Didáticos de História Regional**: tecendo a formação histórica nos anos iniciais da educação básica” apresentada no Programa de Pós-Graduação em História – nível de Mestrado – da Universidade Federal Rural de Pernambuco, em 2015, financiado pela Coordenadoria de Capacitação de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

Keywords: Primary Education. History teaching. Regional textbook.

INTRODUÇÃO

A presença do livro didático no contexto educativo brasileiro é secular. Ele é um objeto quase que indissociável do movimento de ensinar e aprender no imaginário de pais, professores, alunos e demais envolvidos no universo escolar. Hoje, nem mesmo a ascensão dos livros digitais ou *e-books* conseguiu desbancar o posto de “materialização do saber” e orientador de algumas rotinas de sala de aula, que as obras didáticas ocupam. Objeto de críticas e de devoção, a presença dos livros didáticos é tida como certa na maioria das escolas do nosso país.

Refletindo um pouco mais sobre as dimensões do processo educativo atentamos para a qualidade de quase “onipresença” do livro didático no universo da escola, o que nos instiga a conhecer os itinerários que este faz na práxis escolar. Para isso é necessário avaliar as contribuições que o saber sobre livro didático traria para o cenário educacional, assim como avaliar essa produção de conhecimento enquanto um bem social, assumindo a responsabilidade de colaborar para a reavaliação constante do processo educativo, considerando a obra didática elemento dessa ação.

Aqui focalizamos o livro didático regional que, de maneira geral, aborda a construção sócio-histórica de um dado espaço, considerando os aspectos da produção sociocultural, política e econômica dos sujeitos na diversidade de suas ações e criações. A perspectiva do regional é orientada por fronteiras estaduais ou municipais, nos livros que contemplam cidades, circunscritas dentro do cenário político-administrativo do país. As temáticas são abordadas a partir de uma divisão do estado ou do município, contempladas de acordo com microrregiões. Ao reconhecer esses predicados supomos que o livro regional possui atributos para estabelecer um diálogo mais próximo com as expressões da cultura regional no cotidiano escolar e problematizá-las.

IMERSÕES NO LIVRO DIDÁTICO REGIONAL DE HISTÓRIA

A necessidade de ofertar uma obra para agregar aspectos da história e da cultura regional é legalmente reconhecida ainda em 1985 quando o Decreto nº 91.542, de 19 de agosto de 1985, no seu Artigo 2º, Parágrafo 1º, referindo-se à escola e a quem os livros didáticos devem ser ofertados, indica que “a seleção far-se-á escola, série e componente curricular, **devendo atender às peculiaridades regionais do País**”². As demandas regionais também podem ser interpretadas no Artigo 26º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB – quando designa que os currículos além de uma base comum, devem contemplar “uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.”

Ao mencionar o atendimento as especificidades regionais, as orientações legais abrem precedente para que as singularidades da formação histórico-cultural do país fossem contempladas. Entretanto, observando o próprio desenho das políticas públicas de universalização do livro didático ao longo do tempo, é possível reconhecer a demora em seu atendimento de forma efetiva no panorama dos editais e, por conseguinte, da escolha e da avaliação.

A discussão sobre a necessidade de uma obra regional, embora ainda não contemplada pelo PNLD na segunda metade da década de 1980 e tampouco na década de 1990, estava também em consonância com o pensamento da época sobre o empreendimento de mudança e novos olhares sobre a História ensinada. Estas discussões emergiram em essência e com mais intensidade depois da abertura política do país nos finais dos anos 1980.

A promulgação da LDB em 1996 teve também importante papel para corroborar a importância da História ao legitimá-la como disciplina legalmente instituída não só para os anos finais, como também para os anos iniciais do Ensino Fundamental, ao passo que tira da organização curricular a disciplina de Estudos Sociais.

Oliveira (2013) aponta o que nós compreendemos como outro marco para novas discussões em relação a instituição das obras regionais no processo de avaliação do PNLD, o documento elaborado com base em análises das experiências das avaliações empreendidas

² Grifo nosso.

entre 1997 e 2001 intitulado “Recomendações para uma Política Pública de Livros Didáticos” (BATISTA, 2001). Esse documento foi importante para a solidificação do processo avaliativo, resultando na produção de uma série de indicações do que poderia ser feito para aperfeiçoá-lo. A partir das suas indicações os editais foram aprimorados sendo cada vez mais rigorosos, dialogando com as novas diretrizes para o conhecimento histórico e com outros programas do próprio Ministério da Educação.

Associamos essas perspectivas à reafirmação da necessidade de atendimento às demandas de educação para o conhecimento histórico regional, podendo este documento ser considerado mais um adendo para inserção do livro didático regional de História na avaliação do PNLD, já que apenas em 2004 o Guia Nacional do Livro Didático apresenta a sua primeira avaliação com publicações de cunho regional.

Entendemos aqui o livro didático regional de História como uma obra circunscrita em um recorte que contempla um sistema histórico-cultural dotado de dinâmica simbólica específica – expressões culturais, normas, rituais – relacionado a outros contextos sociais. Conforme o Guia do Livro Didático (2012) “são classificados como Livros Didáticos Regionais aqueles que pretendem trabalhar com a História, delimitando um recorte espacial, podendo ser uma capital ou um estado do país.”.

O livro didático regional de História possui a especificidade da sua utilização para os 4º ou 5º anos do ensino fundamental, com um recorte para situar o educando em seu contexto de vivência, em articulação com a complexa teia de acontecimentos sócio-históricos mais amplos. O estudo do regional nessa perspectiva busca a superação de paradigmas que distanciem o aluno da formação histórica da sua região, assim como se preocupa em situá-lo enquanto agente do fazer histórico do seu estado e do seu país.

Os livros se propõem a abordar a formação das definições territoriais, os diálogos estabelecidos para a construção da culturalidade dos sujeitos da região, no sentido de oportunizar o trabalho com o resultado das criações humanas, dentro dos movimentos históricos engendrados no entorno do aluno.

Assim, compreender o processo de ocupação do solo, as transformações sócio-políticas e culturais como não determinadas, mas criadas, perceber as relações de poder e as possibilidades de resistência, a força do coletivo, as diferenças culturais que compõem um todo, a necessidade de ousar para criar, passam a ser elementos

vitais ao processo formativo, sendo inteligíveis a partir do olhar sobre os problemas cotidianos (NIKITUİK, 2007, p. 202).

Nesse direcionamento do trabalho formativo o diálogo entre o regional e o nacional também é uma prerrogativa, porque o livro regional de História tem a atribuição de trabalhar a partir de um saber específico, com clareza de que ele não finda em si mesmo. Nesse sentido, o livro didático regional ocupa um importante posto de apresentar os diferentes nuances da formação do estado atrelada à promoção de diálogos entre o micro e o macro. Assim eles se propõem a

[...] exploração da história local, partindo da realidade mais próxima do aluno, levando-o a conhecer a história da sua cidade e região, estabelecendo as relações necessárias para com os aspectos regionais e nacionais, na perspectiva da construção da identidade e da formação do sujeito-cidadão. (LIMA, 2007, p. 182)

Fazem parte dos seus pressupostos também a percepção da identidade e da memória regional, assim como a discussão sobre os processos de construção histórica e cultural enquanto confluente e a valorização da diversidade de manifestações culturais. Esses movimentos passam a ser inseridos no ensino, na medida em que são eleitos pelos livros para compor o seu conteúdo, em consonância às diretrizes curriculares.

Estudar esses pressupostos nas publicações didáticas regionais não é uma tarefa trivial. Para isso precisamos transitar por vários caminhos, pois pensar o regional provoca considerar suas implicações das mais diversas ordens: econômicas, sociais, culturais, territoriais, político-administrativas. Por muito tempo o trabalho com o regional foi engolido apenas pelas perspectivas político-administrativas, pensamento que a História Cultural aponta para a superação, quando, a partir dela, podemos compreender que esse recorte vai muito além de um determinismo geopolítico ou administrativo.

Cada lugar, cada região possui uma formação histórico-social específica, o que não quer dizer que se deva fomentar um cotejamento entre o nacional e o regional. Mais significativo é pensar o regional como uma especificidade dentro de uma totalidade maior. Levar tal afirmativa para o trabalho naquilo que temos enquanto ofício de professores de História é considerar os conhecimentos a respeito da formação do regional a partir da identidade e da memória, necessários para solidificar a formação de uma sociedade mais consciente do seu papel, situada em um momento histórico e em uma região.

Essas assertivas também fazem parte dos itens de avaliação nos editais do PNL D e analisar obras que as tenham como direcionamentos ainda é uma tarefa complicada. A seara controversa que as publicações didáticas povoam se multiplica na perspectiva regional, pois os próprios Guias do Livro Didático apontam as inconstâncias das discussões implementadas nas publicações. A fragilidade da definição de regional, as abordagens que não contemplam os múltiplos sujeitos, a falta de problematização histórica são alguns exemplos de questões a serem repensadas. Em alguns casos há uma fragilidade teórica nas obras em que a “dita” perspectiva cultural se sobressai de tal forma que o livro acaba por se tornar um guia cultural, sem que as demandas históricas sejam problematizadas.

Segundo Lima (Idem, p. 185) há um campo de intersecção onde habita o conflito entre as representações sobre o conhecimento histórico escolar para os anos iniciais hoje, diante das atuais prerrogativas de formação histórica escolar, e a manutenção das antigas orientações da área de Estudos Sociais. Reconhecemos aqui o papel importante que o livro didático regional possui no processo de formação escolar, por isso defendemos sua constante reavaliação, a fim de afastar-se de velhos ordenamentos que já não dão conta de formar a sociedade contemporânea.

Outro aspecto a ser realçado é o lugar ocupado pelo livro didático regional como fonte de pesquisas históricas. O estudo realizado por Caimi (2013) corrobora os nossos argumentos de que esse espaço ainda carece ser ampliado, seja em nível de graduação ou nos programas de pós-graduação, na História ou na Educação. Talvez a recente inserção desse tipo de publicação no universo educacional possa justificar essa necessidade, pois há pouco mais de 10 anos é que essas obras passam a ser produzidas, adquiridas e distribuídas sistematicamente nas escolas. Desse modo é possível verificar esse como um terreno fértil.

Diante disso, entendemos que o livro didático regional muito tem a nos dizer, abrindo possibilidades de diálogo com as representações e valores difundidos num espaço regional circunscrito, atrelado a visões de mundo, valores éticos, históricos e culturais. Sem esquecer que ele segue as prerrogativas estatais, delimitado pelos documentos curriculares construídos pelos embates entre quem define o conhecimento a ser ensinado e aprendido na escola.

Para entender a amplitude das perspectivas de pesquisas obtidas através da análise do livro didático regional é necessário incluí-lo no *hall* de fontes possíveis. Não podemos

esquecer que o ofício do historiador é trabalhar com fontes, sendo o próprio pesquisador quem vai designar quais serão elas.

Em História, tudo começa com gesto de *separar*, de reunir, de transformar em “documentos” certos objetos distribuídos de outra maneira. Esta nova distribuição cultural é o primeiro trabalho. Na realidade, ela consiste em *produzir* tais documentos, pelo simples fato de recopiar, transcrever ou fotografar estes objetos mudando ao mesmo tempo o seu lugar e seu estatuto. Este gesto consiste em “isolar” um corpo, como se faz em física, e em “desfigurar” as coisas para construí-las como peças que preencham lacunas de um conjunto, proposto *a priori* (CERTEAU, 1982, p. 81).

Fugindo de uma concepção fomentada no seio do positivismo, o historiador dispõe de uma infinidade de documentos, sejam eles pensados para ser fonte – testemunhos voluntários – ou vestígios não necessariamente idealizados com fins de servir a posteridade como registro histórico, contudo, podendo ser utilizados para tal (BLOCH, 2001). É nessa categoria que incluímos o livro didático regional.

A diversidade de testemunhos históricos é quase infinita. Tudo o que o homem diz ou escreve, tudo o que fabrica, tudo o que toca pode e deve informar sobre ele. É curioso constatar o quão imperfeitamente as pessoas alheias ao nosso trabalho avaliam a extensão dessas possibilidades. É que continuam a se aferrar a uma ideia obsoleta de nossa ciência: a do tempo em que não se sabia ler se não os testemunhos voluntários (BLOCH, 2001, p. 77).

E complementa:

Poucas ciências, creio eu, são obrigadas a usar, simultaneamente, tantas ferramentas distintas. É que os fatos humanos são mais complexos que quaisquer outros. É que o homem se situa na ponta extrema da natureza (Idem, p. 88).

Assim, escrever e pesquisar História ou nos engendrar na operação historiográfica consagrada por Certeau (1982) significa empreender esforços investigativos na tentativa de ler os enredos sócio-político-culturais estruturantes das sociedades em diferentes tempos e lugares, bem como compreender suas intrigas, arranjos e ordenamentos. Tal feito não nasce do trivial, senão qual a graça de historicizar o óbvio? Nosso trabalho é enxergar aquilo que não está posto, reconfigurar objetos, redirecionar os silêncios e as obscuridades em função das perguntas a serem feitas, “pois os textos ou documentos arqueológicos, mesmo os

aparentemente mais claros e mais complacentes, não falam senão quando sabemos interrogá-los.” (Idem, p. 79).

Essa articulação não acontece de forma aleatória, pois está envolvida em uma estrutura da qual fazem parte o ofício do historiador (atribuindo contornos à natureza da compreensão e interpretação histórica segundo um lugar social dito), os métodos da pesquisa (indicam os caminhos disciplinares) e a construção do discurso historiográfico (formas como os dados coletados através dos procedimentos metodológicos, após analisados, serão apresentados) (idem) Essa estruturação não se faz de forma simples, pois se constitui em bases de um território plural, tenso e paradoxal, permeado de intencionalidades e interesses, modulado por e pelo seu objeto: a produção da humanidade no tempo.

Situar o livro didático regional enquanto fonte reflete em realizar a crítica histórica e considerá-lo como um documento/monumento, fazendo valer o ofício do historiador. A operação historiográfica deixa de centrar-se no documento e se constrói na crítica e na problematização implementada sobre ele.

O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante os quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser o primeiro lugar analisados desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta de um esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade. Todo o documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo (LE GOFF, 2003, p. 543-44).

Problematizar o livro didático regional como fonte significa questionarmos sobre as suas condições de produção, que fazem parte de um contexto histórico permeado por questões de memória, identidade e formação cultural, entremeadas por demandas de ordem político-educacional, investigando as vozes que, consciente ou inconscientemente, podem emanar dados da formação sócio-histórico-cultural do lugar. Sua definição está atrelada ao momento histórico do qual o pesquisador faz parte, pois o historiador (a) é sujeito de seu tempo e vai entender sua fonte com base nesse olhar.

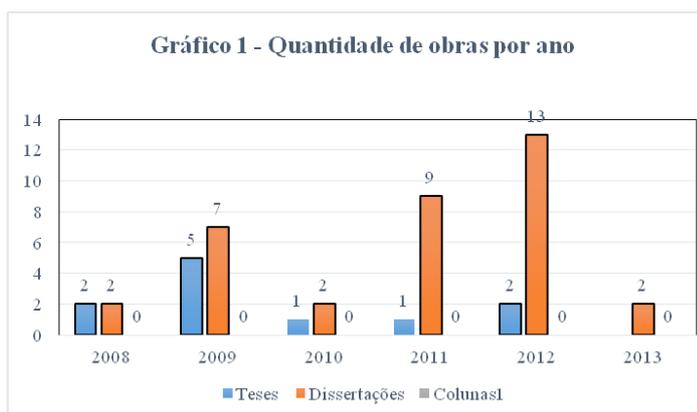
UM PANORAMA SOBRE O LIVRO DIDÁTICO E LIVRO DIDÁTICO REGIONAL

Para reconhecer o livro didático regional como importante objeto de ação escolar e refletir um pouco mais sobre as metodologias, abordagens e epistemologias que o compõem é preciso saber o que está sendo desenvolvido atualmente sobre livros didáticos de História no cenário acadêmico do Brasil, qual a orientação das pesquisas, o seu conteúdo, lugar de produção, temáticas investigadas, etc. Isso é importante para localizar e demonstrar o lugar e a relevância dessa temática diante do que vem sendo produzido no nosso país.

Para realizarmos esse importante “estado da arte” utilizamos como procedimento metodológico inicial um levantamento das obras em nível de mestrado e doutorado, publicadas em duas bases de dados digitais: a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) (<http://bdtb.ibict.br>) e o Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) (<http://www.capes.gov.br/servicos/banco-de-teses>). A BDTD e o Banco de Teses da CAPES agregam teses e dissertações desenvolvidas em instituições de ensino superior brasileiras, estimulando o registro e a publicação de tais obras em meio eletrônico, tornando-se importantes ferramentas de divulgação de trabalhos e de fontes para pesquisas acadêmicas. É importante destacar que as bases de dados têm autonomia para inserir novas obras que vão sendo disponibilizadas na medida em que seus autores autorizam. Portanto, os números da quantidade de pesquisas apresentadas podem variar de acordo com a data de sua realização. Os números a partir de agora apresentados comportam as pesquisas publicadas até os meses em que foi realizado o levantamento, março e abril de 2014. Lembramos que os resultados das pesquisas também podem variar de acordo com os termos pesquisados.

Em busca de trabalhos que contemplassem o livro didático regional de História como objeto/fonte foram usados os termos “Livro Didático de História”, tanto no que se refere a termos específicos quanto a termos genéricos, necessários para atender as especificidades das ferramentas de pesquisa exigidas nas bases de dados. O recorte temporal desse levantamento foi definido a fim de dar continuidade a estudo anterior de Caimi (2013), que inventariou as obras publicadas em bases de dados digitais num recorte temporal de 1998-2007.

Portanto, tomamos como foco as pesquisas realizadas a partir de 2008 até 2013. Chegamos à conclusão de que as bases de dados publicaram 35 dissertações e 11 teses relacionadas ao livro didático de História em um período de 6 anos (2008-2013), distribuídas no gráfico a seguir.



Fonte: FERREIRA, 2015.

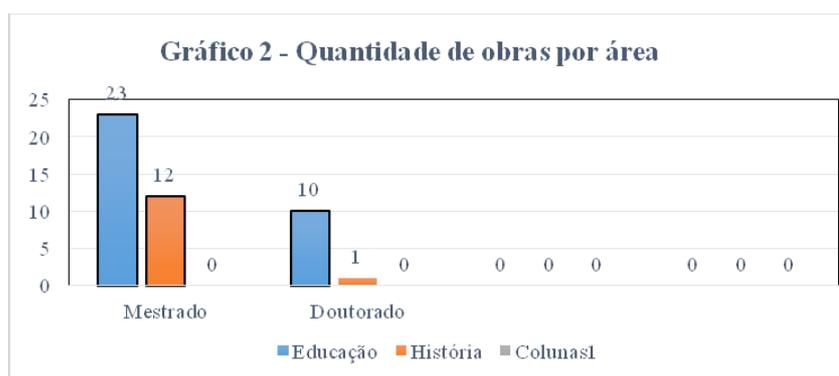
Os dados expostos no gráfico acima denotam uma oscilação na quantidade de dissertações sobre o tema, com uma significativa produção no ano de 2012. É possível perceber uma pequena quantidade de teses e inclusive a ausência desse tipo de produção no ano de 2013.

No levantamento inicial realizado para esse trabalho, encontramos pesquisas que elegeram o livro didático como fonte de leitura analítica seja na língua portuguesa, na geografia, na matemática, na química e certamente devem existir estudos relacionados às demais disciplinas escolares. Entretanto, embora teoricamente direcionados às perspectivas de campos pontuais, os estudos em sua maioria não são desenvolvidos em programas de pós-graduação específicos de cada área, o que acontece também no cotejamento entre História e Educação.

No que se refere ao nosso objeto de análise, observamos que a grande maioria das dissertações relacionadas ao livro didático de História defendidas nos últimos seis anos foram produzidas nos programas de pós-graduação em Educação (23), enquanto pouco mais da

metade (12) saíram dos programas de pós-graduação em História. Sobre as teses os números são mais contundentes, 10 produções em doutorados em Educação e 1 em História.

Podemos supor algumas razões para justificar a quantidade maior de investigações sobre o livro didático de História nos cursos de pós-graduação em Educação do que nas pós-graduações em História. Talvez essa diferença seja produzida em consequência da quantidade de programas de pós-graduação em Educação (138) ser bem maior se comparada aos programas de pós-graduação em História (77) (*idem*). Outra justificativa a ser pensada é a abertura que as investigações que focam no ensino encontram em ambas as áreas, visto que, na História, há um reduzido número de linhas de pesquisa³ que contemplem os processos didático-pedagógicos inerentes ao trabalho do professor de História, diferente da Educação onde essas pesquisas encontram mais espaço.



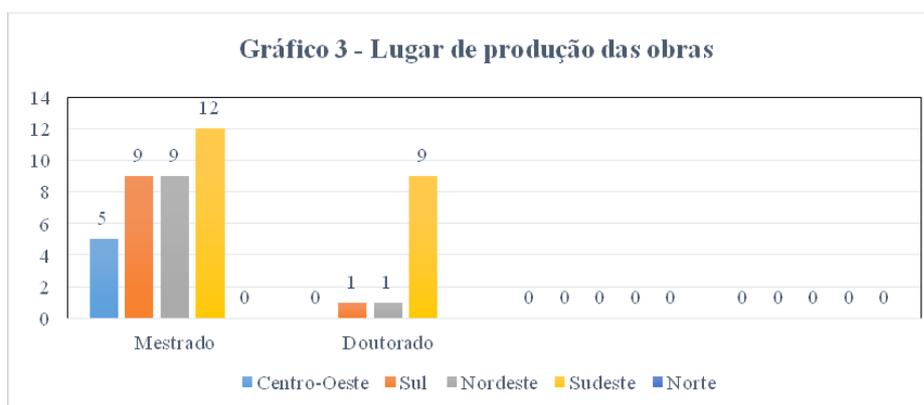
Fonte: FERREIRA, 2015.

Quanto à localização geográfica de produção das obras⁴ observamos uma predominância das regiões Sul e Sudeste como berço das dissertações e teses que se debruçam sobre a literatura didática escolar em História no Brasil. Destacamos as produções dos estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, pois são nessas regiões que também se concentram o maior número de programas de pós-graduação e linhas de pesquisa que trabalham a temática do ensino de História e/ou do livro didático. Observamos uma ascendência da região Centro-Oeste com algumas produções em Goiás e no Distrito Federal.

³ Encontramos 4 programas de pós-graduação em História que possuem linhas de pesquisa específicas sobre o Ensino de História – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Universidade Federal de Goiás, Universidade Federal da Paraíba e Universidade Estadual de Londrina.

⁴ Não encontramos produções da região Norte.

Com destaque apontamos a quantidade crescente de produções no Nordeste, com 9 produções de dissertação e 1 tese. Em particular, salientamos os trabalhos desenvolvidos no estado do Rio Grande do Norte, com a única tese da região sobre a égide do livro didático de História⁵. É lá também onde se encontra o Memorial do Programa Nacional do Livro Didático⁶.

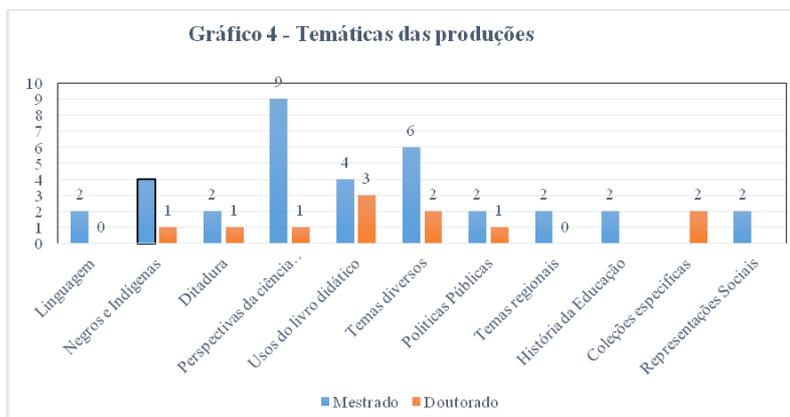


Fonte: FERREIRA, 2015.

Com relação às temáticas abordadas a grande ênfase atualmente está nos estudos sobre as perspectivas da ciência histórica na literatura didática, que buscam compreender temas como a concepção de cotidiano, cultura histórica e as formas de escrita da História empreendidas nas obras (9). Negros e indígenas no livro didático de História também aparecem de forma significativa (4), assim como os estudos que focam nas interpretações e nos usos dos livros em sala de aula, seja na perspectiva do aluno ou do professor (7).

⁵ Para conhecer mais, consultar FERREIRA, Danielle da Silva. **Patrimônio Cultural Pernambucano nos Livros Didáticos de História Regional**: tecendo a formação histórica nos anos iniciais da educação básica. Recife: UFRPE, 2015. 198f.

⁶ O projeto do Memorial do Programa Nacional do Livro Didático foi implementado pelo Ministério da Educação em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte entre os anos de 2009 e 2011. Seu objetivo é catalogar, higienizar e digitalizar todas as obras avaliadas pelo Programa Nacional do Livro Didático de 1997 a 2010 dos componentes curriculares de Português, Matemática, Ciências, Estudos Sociais, Geografia e História do Ensino Fundamental. Também fazem parte do acervo os Guias publicados pelo MEC desde 1997 e os Editais que regeram as avaliações a partir de 2004. (SOARES, SOUZA, 2011).



Fonte: FERREIRA, 2015.

As temáticas anunciadas nos títulos das obras indicam a dilatação atual dos referenciais de pesquisa, apontando para uma ampliação da mobilidade das fronteiras epistemológicas do conhecimento histórico. Nos títulos observamos novos campos, métodos e olhares sobre as mais variadas criações históricas empreendidas no livro didático. Nesse sentido, há uma releitura constante desse material como realização da sociedade em um tempo e uma espacialidade definidos.

Em se tratando dos trabalhos sobre perspectivas regionais, podemos ver que estes ainda acontecem de maneira tímida. Por outro lado, a inserção de novas formas de análise do livro didático indica uma tentativa de superação dessa “historiografia da falta”, como nomeou Oliveira (2003) ao se referir a ausência de outros tipos de investigações sobre os materiais didáticos. Acreditamos que com a ampliação dos programas de pós-graduação e linhas de pesquisa a especificidade do regional apareça mais como mote de pesquisas.

Dimensionar esse tipo de pesquisa em seus variados ângulos nos faz melhor compreender o tratamento empreendido em relação ao conhecimento histórico nas obras didáticas hoje. As pesquisas que entendiam o livro didático indicando seus erros conceituais ou o seu aspecto apenas de inculcação e reprodução de valores foram produzidas em grande número nas décadas de 1970, 1980 e 1990. Hoje compreendemos que o livro didático está inserido em uma lógica social, cultural e escolar que o engendram a partir de diretrizes e políticas públicas, elementos inseridos em um sistema educacional e de um mercado editorial.

A consolidação dos programas curriculares e o rigor estabelecido especialmente no Programa Nacional do Livro Didático, ao longo do tempo, contribuíram para um maior investimento na produção das obras. Em consequência os livros didáticos que circulam no cenário educacional brasileiro são mais qualificados, possuem menos erros conceituais e falhas de natureza técnica.

Esse panorama, nos faz reconhecer cada vez mais que o livro didático de História no Brasil é entendido como um produto cultural, dimensionado para/no processo educativo, portador de conteúdos de uma unidade disciplinar, disseminado pelas práticas educativas escolares. O livro didático tem sua validação social fundada no uso feito por alunos e professores, nas atividades da escola, entendida aqui como um espaço legitimado pela sociedade por seu caráter de criação e formação.

Os saberes que circundam a sociedade são sistematizados e reelaborados pela escola, enquanto esfera socioeducativa que gira em torno das demandas sociais. Há também a institucionalização da cultura e das disciplinas escolares que contribui para a ritualização desses saberes na escola ao longo do tempo.

Assim, para a formulação do que deve ser inserido no livro didático há de se considerar algumas questões: Primeiro, a construção do conhecimento escolar, quais os fatores sociais que exigem do aluno tal conhecimento? Quais são as ações que a escola pode desenvolver para produzir e incorporar tal saber?; Segundo, qual a função social desse saber? De que maneira ele vai incidir sobre a sociedade?; Terceiro, como esse conhecimento vai incorrer sobre a formação dos alunos? Esses questionamentos nos ajudam a observar a dinâmica própria de criação do conhecimento escolar, dissipando a ideia desse tipo de conhecimento enquanto vulgarização de um saber acadêmico.

Não podemos esquecer que o saber escolar, nele englobando o conhecimento histórico regional, é resultado de uma ação pedagógica historicamente situada, ou seja, localizada em um espaço e um tempo que orientam a produção da percepção em relação a determinado conhecimento. Esta percepção se constitui em um regime de inteligibilidade, em nosso caso validado pelo campo disciplinar da História, inclinado pela historicidade de seu tempo. Nesse ponto entram as formas de ver e dizer as práticas da construção da historiografia,

conformando os procedimentos, a forma de compreensão e desenvolvimento do conhecimento histórico, seja ele no âmbito acadêmico ou no âmbito escolar.

No arremate do que foi dito até aqui, produzimos uma definição de livro didático regional e uma visão sistêmica do panorama nacional das produções acadêmicas relacionadas as obras didáticas de História, no recorte temporal que foi de 2008 a 2013. Visto isso, observamos que as importantes assertivas relacionadas as obras regionais não estão em consonância com a quantidade de pesquisas acadêmicas que investem esforços em investigar esse tipo de livro. Essa afirmativa se justifica, ao passo em que, no levantamento realizado, não há nenhuma referência às pesquisas que se dediquem a inquirir o livro didático regional de História enquanto objeto de pesquisas acadêmicas nos variados níveis.

Provisoriamente concluímos, portanto, que o pesquisador que decidir por se aventurar nos caminhos do livro didático regional de História, no âmbito da Educação ou da História como campos disciplinares, irá encontrar o desafio de produzir uma pesquisa inédita diante do cenário da historiografia brasileira. O desafio está lançado!

REFERÊNCIAS

BATISTA, Antônio Augusto Gomes. **Recomendações para uma política pública de livros didáticos**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2001.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRASIL. **Guia de livros didáticos: PNLD 2013: história**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2012.

CAIMI, Flávia. O que sabemos (e o que não sabemos) sobre o livro didático de história: estado do conhecimento, tendências e perspectivas. In: GALZERANI, Maria Carolina Bovério; BUENO, João Batista Gonçalves; PINTO JR, Arnaldo. **Paisagens da Pesquisa Contemporânea sobre Livro Didático de História**. Campinas: UNICAMP, 2013.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

FERREIRA, Danielle da Silva. **Patrimônio Cultural Pernambucano nos Livros Didáticos de História Regional: tecendo a formação histórica nos anos iniciais da educação básica**. Recife: UFRPE, 2015. 198f.

- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP. 2003. p. 548-49.
- LIMA, Marta Margarida de Andrade. A cultura local e a formação para a cidadania nos livros didáticos regionais de história. In. OLIVEIRA, Margarida Dias de. STAMATTO, Maria Inês Sucupira (Org). **O livro didático de história: políticas educacionais, pesquisas e ensino**. Natal: EDUFRN, 2007. p. 182.
- NIKITUİK, Sonia Maria Leite. Por que Livros Regionais de História? In: OLIVEIRA, Margarida Dias de. STAMATTO, Maria Inês Sucupira (Org). **O livro didático de história: políticas educacionais, pesquisas e ensino**. Natal: EDUFRN, 2007.
- OLIVEIRA, Sandra Regina Ferreira. CAIMI, Flávia Eloisa. **A História ensinada na escola: É possível pensar/agir a partir do todo?** Campo Grande: Revista Interações, v15, n. 1, p. 89-99, jan/jun. 2014.
- OLIVEIRA, Sandra Regina Ferreira. CAIMI, Flávia. Entre Paulas, Martas, Pedros, Anas... para entender as complexas relações sujeitos/saberes no contexto da aprendizagem histórica. **Antíteses**, v. 6, n. 12, p. 148-167, jul./dez. 2013.
- SOARES, Jandson Bernardo; SOUZA, Wendell de Oliveira. **Memorial do PNLD: Elaboração, Natureza e Funcionalidade**. In: Anais eletrônicos da XIX Semana de Humanidades. Natal, 2011.